



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Dulce Lopes Neves;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Na sequência do e-mail enviado dia 20/01/2016 pelo Sr. Eng.º Pedro Silva, em que comunicava a ausência do **Sr. Vereador António Manuel Jesus Ferreira dos Santos** e a sua substituição pela 5.ª candidata na lista do PSD, **Dr.ª Dulce Lopes Neves**, o Sr. Presidente informou que esta ausência se deve a motivos de saúde, encontrando-se o Sr. Vereador internado em estabelecimento hospitalar.

Informou ainda que a substituição pela 5.ª candidata se deve ao facto de os candidatos posicionados em 2.º, 3.º e 4.º lugar se encontrarem impossibilitados por motivos profissionais, pelo que colocou à consideração de todos os Srs. Vereadores a aceitação desta substituição, devendo depois cada um dos candidatos regularizar a situação mediante a apresentação das respetivas declarações de impedimento.

Esta substituição foi aceite por todos os presentes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. VOTO DE LOUVOR AO MOVIMENTO OPERÁRIO DO 18 DE JANEIRO DE 1934

3. REQ. N. 13/16, DATADO DE 07/01/2016 – PC N.º 357/15, DATADO DE 02/10/2015  
– LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS
4. REQ. N. 28/16, DATADO DE 08/01/2016 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011  
– SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE
5. REQ. N. 12/16, DATADO DE 07/01/2016 – PC N.º 193/12, DATADO DE 11/07/2012 –  
FERNANDO RODRIGUES TOMÉ
6. REQ. N. 61/16, DATADO DE 14/01/2016 – PC N.º 126/15, DATADO DE 23/04/2015  
– ALBERTO LUIS E MARIA SILVINA JOÃO LUIS
7. REQ. N. 66/16, DATADO DE 15/01/2016 – PC N.º 18/16, DATADO DE 15/01/2016 –  
NOVO BANCO, S.A.
8. REQ. N. 63/16, DATADO DE 14/01/2016 – PC N.º 158/13, DATADO DE 22/05/2013  
– HRV - EQUIPAMENTOS DE PROCESSO SA
9. REQ. N. 60/16, DATADO DE 13/01/2016 – PC N.º 19/2016, DATADO DE  
13/01/2016 – FILOMENA ISABEL DOS SANTOS
10. REQ. N. 69/16, DATADO DE 15/01/2016 – PC N.º 60/04, DATADO DE 20/01/2004  
– ILIDIO PEDRO RODRIGUES, LDA.
11. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
12. ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.
13. RECEÇÕES DEFINITIVAS
14. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO  
APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE MARÇO DE 2016.
15. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE  
DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO  
DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5 DO  
ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO  
DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
16. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE  
“MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12  
MESES”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-  
B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE  
2015.

17. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"CONTROLO DO ESCARAVELHO DA PALMEIRA (RHYNCHOPHORUS FERRUGINEUS OLIVIER)"*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
18. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE"*, PARA O PERÍODO DE 28 DE MARÇO A 28 DE AGOSTO DE 2016 NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
19. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"PATROCÍNIO JUDICIÁRIO EM QUE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE SEJA PARTE OU INTERVENIENTE, PELO PERÍODO DE 24 MESES"*, COM INÍCIO A 1 DE FEVEREIRO DE 2016, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
20. APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, APROVADO PELO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
21. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
22. CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA
23. CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL - DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA.

## **24. RESUMOS DE TESOURARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Não se registou qualquer inscrição.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu o seguinte:**

- ⇒ Saudou todos os presentes, especialmente a Dr.ª Dulce Neves, aquém deu as boas-vindas, deixando votos de rápida recuperação do Sr. Vereador Dr. António Santos, que para além de membro do executivo é seu particular amigo.
- ⇒ Louvou o excelente percurso desportivo da equipa sénior de hóquei em patins do SCM, que poderá vir a subir de divisão, o que honrará a Marinha Grande. Este louvor estende-se também ao trabalho da atual direção da coletividade e a todas as pessoas da Embra, que com poucos meios têm feito um trabalho excelente.
- ⇒ Salientou ainda o Clube Desportivo da Garcia e o ACM, que também têm feito trabalhos excelentes, apesar dos poucos meios.
- ⇒ Perguntou:
  - Qual o ponto de situação do sintético da Garcia?
  - Se há alguma novidade sobre a situação do sintético do ACM?
- ⇒ Disse que há uma situação que lhe merece reflexão e profunda tristeza em função do falecimento de alguns trabalhadores da CMMG: a situação da Junta Médica que uma semana antes do falecimento de um desses trabalhadores o declarou apto para o serviço. O que se passa neste País com o Serviço Nacional de Saúde? Não se valoriza o ser humano, o que conta é o dinheiro e o défice. Tem que se começar a pensar na humanização, porque não é a economia que deve moldar o homem mas apenas servi-lo.

- ⇒ Poeiras Glass – tem andado preocupado pela situação da loja, com a fabricação ao vivo, porque tem pouca viabilidade económica. Embora não tenha falado com o Poeiras sobre isto, reconhece que ele está a prestar um serviço de divulgação da terra e da arte de fabrico do vidro, mas não tem qualquer contrapartida económica. Deixa a sugestão para que se faça uma reunião com o Poeiras, de modo a que se consiga manter aquele espaço, que é do interesse de todos.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes, deu as boas-vindas à Dr.ª Dulce Neves e referiu o seguinte:**

- ⇒ Desejou as melhoras ao Sr. Vereador António Santos.
- ⇒ Felicitou o judoca marinhense Nuno Saraiva, pela conquista da medalha de bronze no African Open Tunis, em Judo. Para além dos judocas internacionais teve de vencer um judoca português que está à sua frente no ranking mundial.
- ⇒ Relativamente às últimas quatro reuniões de Câmara não foram agendadas, para aprovação, as respetivas atas. O que se passa com as atas?
- ⇒ Referiu que após o alerta de vários munícipes sobre os passeios no centro da cidade, foi fazer uma caminhada que recomenda a todos os que pretendem avaliar as condições em que se encontram. Saindo daqui, indo junto à resinagem pelo lado da antiga GNR, na Rua Joaquim Carvalho Oliveira, Largo Ilídio de Carvalho, Rua Rui Couceiro Neto da Silva. Depois vir desde a loja da Vodafone na direção da Residência Paris.  
Para além da calçada portuguesa estar degradada com buracos, também há tampas de saneamento sobrelevadas ou com falta delas. É uma falta de manutenção e reparação deveras assustadora para quem pretende que os munícipes por aqui circulem. Já não falando nas pessoas com mobilidade reduzida ou invisuais.  
Recordou que falou aqui recentemente no passeio entre a rodoviária e a Residência Paris, e que foi dito que a obra não está ainda entregue, mas já ninguém ali anda a trabalhar. Daí questionar: vai ficar assim?
- ⇒ Disse que nesta caminhada olhou atentamente para o Edifício da Resinagem e notou os problemas no edifício resultantes da obra com vários anos, e que continuam por resolver.  
Para quando a solução dos problemas existentes no Edifício da Resinagem?
- ⇒ Qual a situação do festival Pinhal das Artes?  
A SAMP informou que o ICNF não deixava realizar o evento nas árvores. O ICNF diz que não foi assim e que o evento pode ser realizado nas árvores. A SAMP vem dizer que o festival de julho deste ano já está cancelado. Apesar de ser o evento cultural mais participado que se realiza no nosso concelho, a Câmara esteve alheada a tudo isto, envolvendo-se agora que a SAMP diz que o festival de julho deste ano já está cancelado.  
Há cidadãos que o questionam sobre os responsáveis por não haver Pinhal das Artes em 2016. Foi o ICNF que não deixou? Foi a SAMP que não quis fazer? Ou é

a Câmara que prefere que este evento não se realize este ano, mas sim para 2017, nas vésperas de eleições?

⇒ Sobre as comemorações do 18 de Janeiro de 1934, realizadas na passada segunda-feira, disse o seguinte:

*“Como membro do executivo da câmara municipal, recebi uma informação que iria realizar-se uma sessão solene no Salão nobre dos Paços do Concelho comemorativa desta efeméride, em que todas as forças políticas iam intervir. Na sessão solene ouvi atentamente o discurso pelo PS do Sr. Presidente e a cantiga da vereadora Alexandra pela CDU. Quando me preparava para falar, os dois membros da CDU não me quiseram ouvir e saíram porta fora. Não tenho dotes de cançonetista, mas o mínimo que pedia aos elementos da CDU, é que numa forma respeitosa, de urbanidade de respeito institucional me ouvissem, da mesma forma que os ouvi. Fomos eleitos pelo povo para representar os cidadãos e dignificar o órgão a que pertencemos.*

*Como foi afirmado pelas pessoas envolvidas nesta organização (corrijo nesta desorganização) estas acções “são mais políticas do que outra coisa”. Não é o ato de relembrar os operários ou a defesa dos interesses dos munícipes, mas a luta político partidária entre o PS e a CDU. Não souberam honrar e dignificar os operários de 1934, nem os atuais. São estes os argumentos que ouço aos cidadãos quando me dizem que não se revêm nos partidos. Tenho toda a certeza que os munícipes não aceitam comportamentos desta índole e por isso olham com descredito para os políticos, afastam-se cada vez mais da militância partidária, da vida política da terra, manifestando a sua indignação nas urnas com a sua ausência. A Marinha Grande precisa de líderes que agreguem os cidadãos. Que atuem com um sentido comunitário e de união. Fazer iniciativas sem sentido conciliador, sem planeamento ajustado e que dividem os marinhenses continuará a incutir no povo o sentido de afastamento, de abstenção, de descredito perante as instituições sejam elas a autarquia, os partidos ou o sindicato.*

*Gostaria agora de deixar em acta a **declaração** que fiz no âmbito da sessão solene das comemorações do 18 de Janeiro.”*

#### **Declaração:**

*“Comemoramos hoje o 82.º aniversário do movimento operário do 18 de Janeiro de 1934.*

*Mais do que a discussão entre estudiosos quanto ao facto de se tratar de um movimento verídico ou um mito, ou de se saber quem e porquê, ou ainda, perceber-se porque fracassou a revolta, é indiscutível que os marinhenses cumpriram o que estava acordado, tal como Almada e Silves também o fizeram, embora ficando longe da greve geral que se pretendia para o país. Os marinhenses saíram para a rua, mas a falta de apoio militar, a fraca adesão e repercussão nacional condenou o Movimento ao fracasso. O movimento fracassou, mas o espírito dos marinhenses ficou bem patente, a missão que lhes estava destinada foi cumprida na nossa terra, ainda que por brevíssimo período de tempo.*

*Toda a rebelião nacional é consequência da situação política e social que então se vivia, resultando indirectamente de um longo processo de luta social pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e numa contestação à publicação pelo Estado Novo em Setembro de 1933, do “Estatuto do Trabalho Nacional e Organização dos Sindicatos Nacionais”. Relembre-se que os operários estavam sujeitos a condições de vida e de trabalho bastante precários. A produção de vidro exigia grande compleição física, não apenas para aguentar os longos turnos em pé, mas também para soprar e suportar o elevado calor dos fornos abertos. Era relevante o ambiente fabril poluente que obrigava os operários a trabalhar com lenços na boca para evitarem engolirem o pó, e mesmo assim era usual terem doenças profissionais, sobretudo a tuberculose. O trabalho infantil era visível a partir dos 6 ou 7 anos. E com todo este envolvimento recebiam salários miseráveis, que não permitia comprar produtos de primeira necessidade, consequentemente a fome estava presente nas famílias operárias.*

*Podem existir dúvidas e interpretações quanto ao que realmente aconteceu, mas é inquestionável a nobre honradez e capacidade de luta do povo marinhense, a qual veio a resultar em mais duma centena de detidos e dezenas de pessoas desterradas com penas entre 3 e 14 anos de prisão.*

*A desorganização e, sobretudo, a desarticulação sobrepuseram-se à heroicidade dos nossos concidadãos. Obviamente que a falta de comunicação foi determinante, algo que hoje seria impensável. Os marinhenses tiveram sempre enorme tenacidade e, ao longo da sua história, foram demonstrando como são obstinados na procura dos seus ideais.*

*Os operários vidreiros ao longo de todos estes anos evoluíram e melhoraram as suas condições de vida. Passaram maioritariamente da arte manual para o conhecimento e desenvolvimento tecnológico das máquinas sofisticadas, iguais às melhores existentes no mundo inteiro. Melhor formados e com melhores condições de trabalho, continuam empenhados na produção de peças de arte ou na rentabilização dos equipamentos produtivos que geram qualidade em produtos que correm o mundo inteiro.*

*Mas a Marinha Grande deu um passo de gigante no desenvolvimento industrial. Para além do vidro, hoje maioritariamente de embalagem, a nossa terra evoluiu para os moldes e plásticos, e toda a actividade de serviços (engenharia, matérias primas, acessórios, transportes), que suportam esta pujante actividade económica. A organização empresarial transformou-se e o nosso concelho tem hoje micro e pequenas empresas, quase todas geridas e constituídas por operários especializados, que com afínco, destreza, capacidade e sobretudo muito empreendedorismo produzem moldes, peças de plástico, caixas de madeira, etc., etc., que espalham orgulhosamente por todo o mundo. Os operários marinhenses continuam persistentes, e alargaram as suas especializações: os do chão de fábrica, os que andam permanente de mala na mão, os pequenos e médios empresários, os administrativos, todos imbuídos na criação de riqueza, procurando uma maior rentabilidade dos meios disponíveis, atingindo produtividades invejadas em todo o país e no mundo inteiro.*



*O 18 de Janeiro de 2016 é outro, a luta actual dos marinhenses prende-se com as estratégias para gerar mais riqueza e melhorar a qualidade de vida, relaciona-se com os factores que lhes permitem ter um melhor acesso à saúde, à educação, ao desporto e à cultura, como podem ser mais felizes numa terra mais internacionalizada, num mundo mais globalizado, mas com dificuldades em ser sustentável.*

*Os marinhenses têm consciência das suas enormes capacidades e potencialidades. Já perceberam que o “Estatuto do Trabalho Nacional e Organização dos Sindicatos Nacionais de 1934” foi substituído por um código de trabalho próximo de um modelo liberal, por directivas europeias desajustadas ao modelo empresarial e à vida dos trabalhadores em Portugal, por um modelo de protecção social menos providente, apesar da elevadíssima carga fiscal e contributiva e por uma administração pública que ainda tem muito que caminhar para efectivamente se constituir num verdadeiro serviço público. Por isso, trabalham diariamente na busca dos seus ideais, não acreditam nas instituições nem no sistema político. Almejam por estruturas de apoio socioeconómicas e de uma verdadeira solidariedade colectiva, tanto institucional como humanizada.*

*18 de Janeiro de 2016*

*Aurélio Ferreira  
Vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande”*

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Desejou rápidas melhoras ao Sr. Vereador António Santos, e que regresse rapidamente, e à Dr.<sup>a</sup> Dulce Neves deu as boas-vindas.
- ⇒ Pinhal das Artes – é um dos eventos de maior importância e que potencialmente virá a ter maior retorno para o concelho. A organização nunca foi da Câmara, embora esta tenha apoiado ao longo dos anos. Na sua opinião, acha que o evento é de tal forma grande que não interessa mantê-lo no nosso concelho. Na sua opinião, o problema com as Matas Nacionais só se resolve em definitivo se a gestão destas vier para a Câmara, o que não é tarefa fácil, exige muita negociação e convencimento junto do poder central. O Sr. Presidente deverá marcar uma reunião para encetar essas negociações, que serão demoradas. Está convencido de que teremos muita dificuldade em manter o evento no concelho, porque a SAMP tem recebido muitos convites para o fazer noutros locais do País e até no estrangeiro, e são propostas pagas. Por isso, a Câmara deve apresentar propostas concretas. O maestro, que tem ligações a Vieira de Leiria, deveria ser convidado a ser consultor da Câmara para os assuntos culturais. Era uma grande mais-valia.  
Por outro lado a Câmara deveria fazer parte integrante da organização, envolver-se nela e não ser apenas a terceira pessoa, embora isso custe dinheiro.
- ⇒ 18 de Janeiro – elogiou a Câmara, porque uma vez mais não deverá ser figura secundária mas sim principal, daí ter participado nas comemorações

de uma forma ativa, o que não significa excluir todos os outros participantes: sindicato e PCP.

Não gosta dos discursos do sindicato, que são políticos e partidários, mas este deve participar, e a Câmara deve liderar, porque esta data é uma comemoração da coragem de um povo. Por isso a Câmara deve liderar cada vez mais, porque ela representa o povo.

Por último recomendou que se articulem melhor as comemorações, porque este ano houve má vontade do sindicato em conciliar os eventos.

- ⇒ Poeiras Glass – concorda com o Sr. Vereador Vítor Pereira, mas não vê a existência destas entidades privadas completamente dependentes da subsidiação, isso não pode acontecer. O projeto tem que ter sustentabilidade, não devendo limitar-se só à sobrevivência. Já falou com o Poeiras sobre isto, e entende que há outras vias para a Câmara apoiar que não sejam a subsidiação. Por exemplo, comprando lembranças, para depois oferecer. Também poderá ser equacionada a hipótese de cobrar entradas na loja: por exemplo, quem não comprar peças pagar entrada, quem comprar não paga.

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Desejou rápidas melhoras ao Sr. Vereador António Santos, cuja presença faz falta nas reuniões de Câmara, deixando-lhe um grande beijinho.
- ⇒ Disse que faz suas as palavras dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Aurélio Ferreira nas felicitações aos clubes e atletas marinhenses, assim como a todas as coletividades, que com grande esforço fazem da Marinha Grande aquilo que ela é.
- ⇒ 18 de Janeiro – não foi desrespeito ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira, mas não possui o dom da ubiquidade. Queria estar um bocado num local e outro bocado noutro local. Não foi a falta de respeito mas a falta do dom de poder estar em dois lados ao mesmo tempo.

O Sr. Vereador Carlos Logrado parece que é agora o arauto das ações da Câmara, ao dizer que houve má vontade do sindicato em fazer coincidir horas, quando este há mais de trinta anos que faz a romagem ao cemitério às 10:00 horas.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** interrompeu dizendo que houve uma reunião para acertar as horas e o sindicato aceitou.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** prosseguiu, dizendo que houve uma reunião com o sindicato, em que a representante deste disse que há mais de trinta anos que fazem a romagem a essa mesma hora, deixando ao critério da Câmara alterar ou não alterar a hora da sessão solene. A própria Vereadora Cidália reconhece que para o ano as coisas têm que ser feitas de outra maneira e que têm que ser articuladas. Não tem que ser o sindicato a mudar aquilo que faz há trinta anos, mas sim a Câmara, que pela primeira vez fez esta sessão. A romagem é uma cerimónia sentida, demorada, e onde nunca viu ninguém da Câmara ou do PS.

Nesta altura foi interrompida pelos protestos do **Sr. Vereador Carlos Logrado e do Sr. Presidente**.

Prossegiu, dizendo que o sindicato não deveria alterar esta cerimónia, e a Câmara deveria ter encontrado outra hora, para que também pudesse estar na sessão solene e no voto de louvor.

Das palavras do Adjunto do Sr. Presidente o que resulta é que o sindicato deverá fazer as comemorações que quiser, porque a Câmara é que representa os trabalhadores.

Entende que no próximo ano a comemoração da data deverá ser agregadora e não uma comemoração divisionista, como foi este ano.

⇒ Pinhal das Artes – tal como o maestro reconhece, o sítio ideal para fazer este evento é aqui, pelo que a Câmara deve “agarrar” este maestro. O mesmo raciocínio também se deve aplicar ao Poeiras, mestre que cultiva a arte do vidro, pelo que apela à Câmara para que coloque em pé de igualdade estas duas situações: “agarrar” para aqui o maestro e não deixar fugir o Poeiras.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu para voltar a falar, dizendo que o abandono das comemorações do 18 de Janeiro não teve que ver com os Vereadores, a quem já pediu desculpas, mas apenas porque já tinha manifestado a sua vontade de se deslocar também ao cemitério, e até se tinha falado em alterar a hora da sessão solene, só que não foi feito. O 18 de Janeiro não tem dono, mas há quem pense que tem e agora quer mudar a paternidade. Várias entidades têm comemorado o 18 de janeiro e não houve problemas com o sindicato. A Câmara deve ter um papel conciliador, e não deve andar com devaneios como os do Adjunto do Sr. Presidente, que mais uma vez quer entrar em divisionismos da população marinhense.

Por último dirigiu-se ao Sr. Vereador Aurélio, pedindo-lhe que não diga que as pessoas não acreditam nos partidos, porque embora alguns não o façam, a maioria continua a votar nos partidos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que faz parte da tática dos Vereadores da CDU a repetição de algumas inverdades para parecerem verdades. Aquilo que disseram não é verdade, nem nesta sessão nem em lado algum.

Seguiu-se uma troca de palavras e de acusações entre o **Sr. Vereador Carlos Logrado** e a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** sobre o 18 de Janeiro.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** prossegiu a sua intervenção, dizendo à Sr.ª Vereadora Alexandra que afirmações como “camaleão” são ofensivas, não são necessárias, e este é um discurso já gasto. Não é verdade a afirmação de que não gosta do sindicato ou de sindicatos, pois aquilo de que não gosta é de um sindicato e da sua intervenção, é sectário, e cujo discurso é o do partido político, e que os Vereadores não falem em nome dos trabalhadores mas falem pelo mesmo discurso do partido, que é divisionista.

Terminou a intervenção frisando mais uma vez que em nenhum momento fez uma afirmação de que não gosta do sindicato, pois o que não gosta é do discurso nas comemorações do 18 de Janeiro, que é divisionista e partidário.

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte às questões colocadas:**

- ⇒ Sintético da Garcia e do ACM – a Câmara está em negociações com os clubes para a resolução da situação.
- ⇒ Desejou as melhoras ao Sr. Vereador António Santos e que regresse rapidamente a esta casa, que é também a sua.
- ⇒ Deu os parabéns aos clubes, congratulando-se pelo facto de o Sr. Vereador Aurélio o fazer sempre.
- ⇒ 18 de Janeiro – esclareceu, especialmente para a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, que disse que foi saber de fonte fidedigna o que se passou na reunião, que não falou consigo, que também se considera fidedigna. A sua intervenção no 18 de Janeiro começou bem, é uma verdadeira artista, cantou muito bem e depois estragou tudo com o discurso, porque não soube respeitar a data e não falou verdade.

Neste momento a Sr.ª Vereadora leu um texto, em que enumerou os passos da reunião que teve com a representante do sindicato vidreiro e do que foi acordado: saída da Câmara pelas 12:00 horas para irem em romagem. Tudo o resto que se passou foi show-off, pelo que pediu à Sr.ª Vereadora Alexandra para que sempre que precise de saber algo sobre os seus pelouros que a contacte. Referiu ainda que o problema que foi colocado pelo Sr. Vereador Vítor Pereira a 12 de janeiro deveria ter sido posto antes, para que os convites não saíssem como saíram. Nesse mesmo dia propôs ao sindicato a alteração da sessão para as 10:30 horas, embora nos convites já não se pudesse alterar. Chegou a ser sugerido passar a sessão para as 14:00 horas, mas colidia com uma ação da Confraria da Sopa do Vidreiro, e então acabou por ficar como estava.

Quando diz que para o ano tem que melhorar, significa que tem que ser cumprido o respeito que a Câmara tem que ter por todos aqueles que lutaram no 18 de Janeiro, data que é de todos os marinhenses e que se deve defender.

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ 18 de Janeiro – é com muita honra, enquanto Presidente da Câmara, que elevaram e homenagearam todos os marinhenses que contribuíram para o 18 de Janeiro, e posteriormente, com a sua luta, para o próprio 25 de Abril.
- ⇒ É verdade que ultimamente faleceram alguns funcionários. Relativamente ao Luís Sammy apercebeu-se que ele não andava bem, e por isso disponibilizou um funcionário para o acompanhar às instituições hospitalares. Ficou chocado com a situação que aconteceu, é uma desumanidade, e corrobora na íntegra tudo o que

foi dito. Tem que se zelar para que esta situação não possa acontecer, porque é inadmissível. Neste caso concreto, e dentro do que estava ao seu alcance, a Câmara prestou-lhe todo o apoio até ao último dia.

- ⇒ Poeiras Glass – tem acompanhado de perto a sua atividade e a Câmara tem adquirido na loja as suas lembranças. Foi lá no 18 de Janeiro, como também foi ao Teatro do Teatresco. Vai falando com o Poeiras sobre as situações que vão ocorrendo, e pensa que ele também já falou com a Vereadora para fazer essa reunião, pois a Câmara tudo fará para que este espaço possa continuar.
- ⇒ Atas – pediu desculpa pelo atraso, motivado pelo facto de a funcionária que as elabora ter estado ocupada com o processo das eleições presidenciais do próximo dia 24 de janeiro. Na próxima reunião a situação será regularizada.
- ⇒ Passeios – a Câmara não tem calceteiros, e por isso vai lançar um procedimento para uma empreitada geral, no princípio do próximo mês. Pediu ao Sr. Vereador Aurélio que lhe mande um e-mail quando detetar estes pequenos buracos para que os próprios serviços remedeiem de imediato.
- ⇒ Resinagem – estão a ser compiladas as anomalias, para depois reunirem e se definirem as responsabilidades.
- ⇒ Pinhal das Artes – o Presidente da CMMG soube da existência de um ofício sobre as negociações, que já vinham desde novembro, através da comunicação social, e achou estranho a Câmara só saber em janeiro. O que estava em causa naquele lugar, por parte do ICNF e da SAMP, é que na última edição estiveram dez mil pessoas concentradas no local, e as condições de segurança não estavam asseguradas. Em novembro colocou-se a questão de mudança de lugar, mas a SAMP nunca fez essa reunião com o ICNF. O Secretário de Estado marcou a reunião para conciliar as duas partes. A SAMP, em conjunto com os serviços regionais e locais do ICNF, iria visitar a mata e encontrar um local que garantisse essas condições de segurança. A Câmara disponibilizará todo o apoio porque há interesse em manter o Pinhal das Artes no concelho e em que se realize este ano, por se tratar de um evento que divulga o concelho e é economicamente vantajoso. Por último referiu que aceita a sugestão de falar com o maestro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:05 horas às 11:20 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

## **2 – VOTO DE LOUVOR AO MOVIMENTO OPERÁRIO DO 18 DE JANEIRO DE 1934**

Presente o seguinte texto de homenagem:

**18 JANEIRO 1934-2016**

### **HOMENAGEM DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE AOS OPERÁRIOS VIDREIROS E CIDADÃOS MARINHENSES QUE PARTICIPARAM DO MOVIMENTO DO 18 JANEIRO DE 1934**

A nova Constituição plebiscitada em 1933 constituiu o primeiro passo do Estado Novo para retirar todas as liberdades cívicas aos cidadãos, apoiando-se num texto que, oficialmente, a maioria do eleitorado aprovara, de uma forma enganadora.

No dia 23 de Setembro desse mesmo ano foi publicada nova legislação sobre a organização corporativa do trabalho. No que ao universo laboral se referia, a liberdade sindical era extinta, pois só seriam legais os sindicatos nacionais, enquadrados na estrutura corporativa do próprio Regime.

Foi neste contexto de forte repressão social que no dia 18 de Janeiro de 1934 eclodiu a insurreição do Movimento Operário na Marinha Grande, a par de outras manifestações e greves gerais um pouco por todo o país, que teve como intenção forçar a queda do regime e restaurar a Liberdade e o Estado de Direito em Portugal.

Foi um sonho breve: o pesadelo continuou passado pouco tempo e durou quase mais quatro décadas.

**Na comemoração do 82º aniversário do 18 Janeiro de 1934 a Câmara Municipal da Marinha Grande presta hoje a sua homenagem aos Operários e Cidadãos Marinhenses que participaram neste Movimento, tendo-se constituído então como precursores da história que ainda estava para se escrever, 40 anos depois, na noite de 25 de Abril de 1974.**

Com esta declaração pública de homenagem a Câmara Municipal da Marinha Grande, na pessoa dos seus Eleitos, e em representação de todo o Povo Marinhense, sublinha a relevância histórica e social do Movimento Operário do 18 de Janeiro de 1934, no passado, assim como a importância do espírito livre, crítico e participativo de todos os Homens e Mulheres, no presente, na defesa dos Direitos, Liberdades e Garantias preconizados pela Constituição da República Portuguesa para a construção de uma Sociedade mais Justa, mais Solidária, mais Igual.

Marinha Grande, 18 de Janeiro de 2016.

**A Câmara tomou conhecimento.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

**3 - REQ. N. 13/16, DATADO DE 07/01/2016 – PC N.º 357/15, DATADO DE 02/10/2015 – LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS**

24 - Presente requerimento n.º 13/16, datado de 2016/01/07, constante do processo camarário n.º 357/15, subscrito por **LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS**, com o NIF n.º 183011368, residente na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um anexo*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13931, e inscrito na respetiva matriz sob o número 19924-P, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2015/11/12.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/01/15, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera.**

**DEFERIR** nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um anexo*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13931, e inscrito na respetiva matriz sob o número 19924-P, com o número de processo 357/15, com data de entrada em 2015/10/02, apresentado por **LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS**, com o NIF n.º 183011368, residente na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, e, a Câmara Municipal, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

**Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - REQ. N. 28/16, DATADO DE 08/01/2016 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE**

25 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 28/16, datado de 08/01/2016, subscrito por **SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE**, com o NIPC 501489363, com morada em Avenida 1.º de Maio, n.º 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização e alteração, licenciadas no

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

âmbito do processo n.º 462/11 e tituladas pelo alvará de licença de obras de legalização e alteração n.º 88/15, emitido em 18/09/2015.

Presente parecer técnico datado de 11/01/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na em Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE, com o NIPC 501489363, com morada em Avenida 1.º de Maio, n.º 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N. 12/16, DATADO DE 07/01/2016 – PC N.º 193/12, DATADO DE 11/07/2012 – FERNANDO RODRIGUES TOMÉ**

26 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 12/16, datado de 07/01/2016, subscrito por **FERNANDO RODRIGUES TOMÉ**, com o NIF 177883715, com morada em Rua José Moreira, n.º 3, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização e ampliação, licenciadas no âmbito do processo n.º 193/12 e tituladas pelo alvará de licença de obras de legalização e ampliação n.º 47/14, emitido em 12/06/2014.



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

Presente parecer técnico datado de 12/01/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua José Moreira, n.º 3, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de FERNANDO RODRIGUES TOMÉ, com o NIF 177883715, com morada em Rua José Moreira, n.º 3, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N. 61/16, DATADO DE 14/01/2016 – PC N.º 126/15, DATADO DE 23/04/2015 – ALBERTO LUIS E MARIA SILVINA JOÃO LUIS**

27 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 61/16, datado de 14/01/2016, subscrito por **ALBERTO LUIS**, com o NIF 189507039, e por **MARIA SILVINA JOÃO LUIS**, com o NIF 189507047, ambos com morada em Rua da Aventura, n.º 42, Brejo das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização e ampliação, objeto de comunicação no âmbito do processo camarário n.º 126/15, sendo que as respetivas taxas foram pagas em 12/06/2015

Presente parecer técnico datado de 12/01/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da Aventura, n.º 42, Brejo das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ALBERTO LUIS, com o NIF 189507039, e por MARIA SILVINA JOÃO LUIS, com o NIF 189507047, ambos com morada em Rua da Aventura, n.º 42, Brejo das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 66/16, DATADO DE 15/01/2016 – PC N.º 18/16, DATADO DE 15/01/2016 – NOVO BANCO, S.A.**

28 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 66/16, datado de 15/01/2016, subscrito por **NOVO BANCO, S.A.**, com o NIPC 513204016, com sede em Avenida da Liberdade, n.º 195, Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para a fração “I” do edifício sito Rua 9 de Abril, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1154 de 1985, titulada pelo alvará de construção n.º 51, emitido em 23/01/1986.

Presente parecer técnico datado de 15/01/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria nos termos do previsto na aliena a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE –

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

**Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria a fração “I” correspondente ao quarto andar esquerdo do edifício sito na Rua 9 de Abril, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de NOVO BANCO, S.A., com o NIPC 513204016, com sede em Avenida da Liberdade, n.º 195, Lisboa com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 63/16, DATADO DE 14/01/2016 – PC N.º 158/13, DATADO DE 22/05/2013 – HRV - EQUIPAMENTOS DE PROCESSO SA**

29 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 66/16, datado de 14/01/2016, subscrito por **HRV - EQUIPAMENTOS DE PROCESSO SA**, com o NIPC 501299947, com sede em Rua da Finlândia, Lote 46, Zona Industrial Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização e alteração, licenciadas no âmbito do processo n.º 158/12 e tituladas pelo alvará de licença de obras de legalização e alteração n.º 75/15, emitido em 18/09/2015.

Presente parecer técnico datado de 15/01/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da Grécia, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de HRV - EQUIPAMENTOS DE PROCESSO SA, com o NIPC 501299947, com sede em Rua da**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

**Finlândia, Lote 46, Zona Industrial Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 60/16, DATADO DE 13/01/2016 – PC N.º 19/2016, DATADO DE 13/01/2016 – FILOMENA ISABEL DOS SANTOS**

30 - Presente requerimento registado sob o n.º 60/16, datado de 13/01/2016, apresentado por **FILOMENA ISABEL DOS SANTOS**, com o NIF 193911191, residente em Avenida da Liberdade, n.º 139, 8.ªA freguesia e concelho de Marinha Grande, através do qual é solicitada uma vistoria ao imóvel em que habita, face à alegada existência várias anomalias, designadamente ao nível do pavimento da cozinha, no que considera ser parte comum do edifício, nomeadamente ao nível da estrutura do edifício, que poderão ser causadores de falta de segurança.

Presente parecer dos serviços, datado de 13/01/2016, sobre o assunto.

**Após análise pedido e da informação datada de 13/01/2016, a Câmara Municipal delibera:**  
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA à fração IN do imóvel sito em Avenida da Liberdade, n.º 139, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **FILOMENA ISABEL DOS SANTOS**, com o NIF 193911191, residente em Avenida da Liberdade, n.º 139, 8.ªA, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

**DETERMINAR** que a vistoria seja realizada no dia 10/02/2016, pelas 11h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

**Engenheiro Jorge Junqueira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Dra. Eunice Marques**

**Membros suplentes:**

**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Vasco Fernandes**

**NOTIFICAR** a requerente, bem como a administração de condomínio da realização da vistoria, convocando a sua presença, e **INFORMAR** que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da mesma, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N. 69/16, DATADO DE 15/01/2016 – PC N.º 60/04, DATADO DE 20/01/2004 – ILIDIO PEDRO RODRIGUES, LDA.**

31 - Presente processo respeitante a uma operação urbanística de **alteração a loteamento urbano**, incidente sobre o prédio sito no lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 3.870, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 60/04, com o Alvará de Loteamento n.º 01/10, emitido em 29/01/2010, apresentado por **ILIDIO PEDRO RODRIGUES, LDA.**, com o NIPC - número de identificação de pessoa coletiva 502054506, com sede em Travessa da Cruz, Casal dos Claros, freguesia de Amor e concelho de Leiria.

Presente ofício remetido pela EDP Distribuição, a que foi atribuído o número de registo 69/16, datado de 15/01/2016, a comunicar a receção provisória da infraestrutura elétrica, realizada no âmbito da mencionada operação urbanística.

Presente informação dos serviços, datada de 15/01/2016, sobre o assunto.

**Após análise do processo de licenciamento de alteração a loteamento urbano**, incidente sobre o prédio sito no lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 3.870, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 60/04, com o Alvará de Loteamento n.º 01/10, emitido em 29/01/2010, apresentado por **ILIDIO PEDRO RODRIGUES, LDA.**, com o número de identificação de pessoa colectiva 502054506, com sede em Travessa da Cruz, Casal dos Claros, freguesia de Amor e concelho de Leiria, e considerando o teor do ofício da EDP-DISTRIBUICAO, com a referencia Carta 2/16/AOLRA-OB, a Câmara

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 54.º e no artigo 87.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE - MANDAR LIBERTAR o montante de 11.505,71 € (onze mil quinhentos e cinco euros e setenta e um centimos) da garantia bancária da Caixa Geral de Depósitos – Operação n.º 0657.007002.393, datada de 25 de setembro de 2009, prestada como garante da boa e regular execução das infraestruturas, no montante inicial de 58.551,65€ (cinquenta e oito mil quinhentos e cinquenta e um euros e sessenta e cinco centimos), correspondente a 90% do montante referente à componente “Infraestruturas Elétricas”, ficando retido o montante de 9.589,32 € (nove quinhentos e oitenta e nove euros e trinta e dois centimos), atendendo à redução efetuada conforme deliberação tomada na reunião de 05/03/2015, conforme descrito no quadro abaixo:

Componente	Estimativa Orçamental	Montante Libertado	Montante a Libertar	Valor Remanescente
Rede viária	31.354,90 €	28.219,41 €		3.135,49 €
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	4.168,65 €	3.751,79 €		416,87 €
Rede de drenagem das águas pluviais	6.094,88 €	5.485,39 €		609,49 €
Rede de abastecimento de água	4.149,07 €	- €		4.149,07 €
Infraestruturas elétricas *	12.784,12 €		11.505,71 €	1.278,41 €
<b>TOTAL</b>	<b>58.551,62 €</b>	<b>37.456,59 €</b>		<b>9.589,32 €</b>

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 11 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

32 - O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para Comemoração do carnaval nos dias 6, 7 e 8 de fevereiro de 2016;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

Presente informação nº 1/AF de 18 de janeiro de 2016, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à actividade identificada, isentar o Sport Império Marinhense do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído e da licença da publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **12 - ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.**

**Sobre este assunto registaram-se as seguintes intervenções:**

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não poderá votar a favor porque, na sua opinião, este arrendamento inviabiliza a utilização do mercado do ATRIUM, e tendo em conta a área a utilizar até considera que é um arrendamento muito barato. A deslocação dos serviços é boa, mas considera que havia outras soluções, nomeadamente colocando-os no 1.º andar. Poderão ser questionadas as acessibilidades, mas os elevadores existentes, de grandes dimensões, permitem bons acessos a pessoas com dificuldades. Considera que a zona do r/c é a zona nobre do edifício e esta utilização “mata” toda e qualquer utilização futura. Por isso pede que ainda se tente negociar a utilização do 1.º andar, que tem condições ótimas para este fim, embora saiba que as negociações se encontram numa fase adiantada. Na condição atual, não votará a favor.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que acha estranha esta posição do Sr. Vereador Carlos Logrado, numa altura em que as coisas estão praticamente consumadas e quando o assunto foi aqui falado diversas vezes, não só no anterior mandato como neste.

Vai votar favoravelmente porque lhe parece que o resto do espaço não ficará inviabilizado para qualquer outra atividade. É uma boa solução para a Câmara e para os munícipes, com um espaço melhor e melhores serviços, e que vai também dinamizar aquela zona da Marinha Grande, porque não é só o centro tradicional que tem problemas de desertificação. Trata-se de uma solução que vai ajudar na revitalização do espaço e da zona e os valores são bons.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que também vai votar favoravelmente porque vê muitas mais vantagens do que desvantagens. Vantagens para os munícipes e também para a revitalização do espaço do ATRIUM.

A bem da Marinha Grande e da sua população, nunca poderia votar contra uma solução que vem resolver um problema grave.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

Depois de esclarecer alguns aspetos técnicos relacionados com a divisão do espaço, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que votará a favor porque tem falado das dificuldades existentes nos acessos aos serviços e também porque é uma solução que dá utilização ao espaço, que foi tão caro.

O **Sr. Presidente** explicou as negociações, e disse que a instalação dos serviços no r/c não inviabiliza a parte sobranceira, porque tem entrada para os dois lados, e ainda porque vem potenciar a utilização do espaço e do investimento.

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

33 - Presente minuta de contrato de arrendamento a celebrar com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, que tem por objeto o arrendamento parcial da fração A, sita no Edifício Cristal Atrium, localizado na Rua das Portas Verdes, n.º 2, na freguesia da Marinha Grande.

Considerando que:

- O Município da Marinha Grande é proprietário da fração A, do Edifício Cristal Atrium, registada na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8027/19710811-A e registada na matriz da freguesia da Marinha Grande sob o artigo 17538;
- Os serviços públicos relativos aos registos de identificação civil, predial e comercial se encontram a funcionar em edifício que não dispõe das condições legais de acessibilidade dos utentes;
- A realocação dos serviços de registos é uma reivindicação antiga da população e desta autarquia, de forma a garantir que todos os cidadãos acedem, sem dificuldades ou riscos, a esses serviços;
- A fração em causa não tem qualquer utilização e a parte a arrendar pode ser adaptada ao uso visado, localizando-se em zona que dispõe de estacionamento público gratuito;
- As obras de adaptação da fração aos fins visados são da responsabilidade do arrendatário, que suporta todos os seus encargos;
- O valor da renda acordado corresponde a uma valorização de mercado da área arrendada.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta de contrato de arrendamento, que se dá por reproduzida e fica anexa (Anexo 1), a celebrar com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, e ceder de arrendamento a área nele identificada.**

**A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado.**



### **13 - RECEÇÕES DEFINITIVAS**

34 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Urbanismo Comercial - 2ª fase – Concurso Público n.º 03/2004 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e cinco, à empresa Asibel, SA;

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Urbanismo Comercial - 3ª fase – Concurso Público n.º 04/2005 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de vinte e seis de maio de dois mil e seis, à empresa Asibel, SA.

**A Câmara Municipal, verificando pelos autos referidos que as obras foram executadas de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente as obras antes enunciadas, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **14 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE MARÇO DE 2016.**

35 - Presente informação n.º 28/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD- datada de 8 de janeiro, referente à atualização anual de duas rendas de habitação social, localizadas na Praceta da Liberdade e Bairro do Camarnal (Velho).

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março de 2015;

Considerando que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

Considerando que o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:**

**A PARTIR DE MARÇO DE 2016:**

**Camarnal Velho**

MORADOR	FOGO	CONTRATO	RENTA 2015	RENTA 2016
Albertina Maria Soares	Nº19	28/01/2005	90,75€	167,84€

**ATUALIZAÇÃO FASEADA**

**Praceta da Liberdade, Bloco 3**

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Paulo Alexandre de Sousa	1º Esq	02/02/2009	41,37€	72,45€	103,54€	134,62€

**Mais delibera que, os valores de renda anteriormente indicados entrem em vigor a partir do 1º dia útil do mês de março de 2016.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

36 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...) *Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).*”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;

- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro e no artigo 2º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

**Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

37 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

**Atento o exposto e considerando que:**

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração da impossibilidade do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, considerando que em sede de concurso público realizado no âmbito do PA 76/2015-AP/DFTI não foram apresentadas propostas por nenhum dos interessados mas apenas declarações da inexistência de condições para a apresentação das mesmas.

A informação SS/01/2016 de 06/01/2016 e requisição interna 18514/2016, da DOT, onde se manifesta a necessidade de contratar os serviços de *“Manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 18/01/2016, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016, para a contratação dos serviços de *“Manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”*, na classificação orgânica/económica 05/020219, na ação do PAM 2014/A/83, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 8.811 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita o preceituado no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação dos serviços de *“Manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”*, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2016, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços de *“Manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



**17 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “CONTROLO DO ESCARAVELHO DA PALMEIRA (RHYNCHOPHORUS FERRUGINEUS OLIVIER)”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

38 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

**Atento o exposto e considerando que:**

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro,

alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração da impossibilidade do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, considerando que em sede de concurso público realizado no âmbito do PA 76/2015-AP/DFTI não foram apresentadas propostas por nenhum dos interessados mas apenas declarações da inexistência de condições para a apresentação das mesmas.

A informação SS.01.2016 de 14/01/2016 e requisição interna 14615/2016, da DISU, onde se manifesta a necessidade de contratar a prestação de serviços de *“Controlo do escaravelho da palmeira (Rhynchophorus ferrugineus Olivier)”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 18/01/2016, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016 para contratar a prestação de serviços de "*Controlo do escaravelho da palmeira (Rhynchophorus ferrugineus Olivier)*", na classificação orgânica/económica 07/020203, na ação do PAM 2014/A/102, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 18.785 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação da prestação de serviços de "*Controlo do escaravelho da palmeira (Rhynchophorus ferrugineus Olivier)*", por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2016, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de "*Controlo do escaravelho da palmeira (Rhynchophorus ferrugineus Olivier)*".**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE", PARA O PERÍODO DE 28 DE MARÇO A 28 DE AGOSTO DE 2016 NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

39 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

**Atento o exposto e considerando que:**

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio

favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração da impossibilidade do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, considerando que em sede de concurso público realizado no âmbito do PA 76/2015-AP/DFTI não foram apresentadas propostas por nenhum dos interessados mas apenas declarações da inexistência de condições para a apresentação das mesmas.

A informação SS.02.2016 de 15/01/2016 e requisição interna 14616/2016, da DISU, onde se manifesta a necessidade de contratar a prestação de serviços de *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 28 de março a 28 de agosto de 2016, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 18/01/2016, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016 para contratar a prestação de serviços de *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 28 de março a 28 de agosto de 2016, na classificação orgânica/económica 07/02022509, na ação do PAM 2015/A/135, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 199.187,52 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação da prestação de serviços de *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 28 de março a 28 de agosto de 2016, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2016, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 28 de março a 28 de agosto de 2016.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Carlos Logrado recomendou a simplificação do caderno de encargos, de modo a que permita aos concorrentes apresentar apenas os documentos legalmente exigíveis.**

**19 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “PATROCÍNIO JUDICIÁRIO EM QUE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE SEJA PARTE OU INTERVENIENTE, PELO PERÍODO DE 24 MESES”, COM INÍCIO A 1 DE FEVEREIRO DE 2016, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

Na sequência do pedido de informações do Sr. Vereador Carlos Logrado, o Sr. Presidente solicitou a presença do **Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo**, que respondeu às questões técnicas referentes à prestação de serviços de patrocínio judiciário.

Depois de elucidado sobre as questões técnicas, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que irá abordar as questões políticas. Ficou claro que a Câmara tem juristas mas que, legalmente, não os pode utilizar em Tribunal. A qualidade da pessoa proposta é inquestionável, já deu provas e percebe que se trata de um trabalho de confiança.

As suas objecções são as seguintes: embora os valores não lhe pareçam desproporcionais ao trabalho desenvolvido, não lhe chocava a consulta ao mercado em concurso público, embora também aceite o ajuste direto, pela questão da confiança.

Sem pôr em causa a pessoa proposta, acha que no concelho há advogados com a valia técnica suficiente para serem consultados, e não acredita que na larga comunidade que nos últimos anos foi fortemente atacada pelo novo mapa judiciário, não haja qualidade profissional, e que o executivo não lhes reconheça confiança.

Sob o ponto de vista simbólico, entende que esta consulta era recomendável.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que se fosse Presidente da Câmara talvez apontasse para outro tipo de pessoa, mas percebe a escolha de quem atualmente está no poder, por se tratar de uma relação de confiança. Reconhece toda a legitimidade ao Presidente da Câmara e ao atual executivo para a escolha das pessoas que são da sua confiança.

O que o Sr. Vereador Carlos Logrado defende também tem toda a validade para outras situações, não para esta. A única questão seria o preço, mas parece-lhe um valor razoável. Vai votar favoravelmente porque reconhece a legitimidade da escolha e a capacidade da pessoa em causa, assim como o valor.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que corrobora as palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que não está em causa a pessoa, que é uma pessoa idónea.

Depois lembrou que na altura da aprovação do Orçamento tinha pedido um documento que ainda não lhe foi entregue, pelo que volta a pedir e irá enviar um requerimento.

O **Sr. Presidente** disse que não se trata de não haver advogados na nossa praça, mas que se trata de uma questão de confiança técnica e até política, para além de haver uma disponibilidade permanente de aconselhamento.

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

40 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de

agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

**Atento o exposto e considerando que:**

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.



Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração da impossibilidade do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, considerando que em sede de concurso público realizado no âmbito do PA 76/2015-AP/DFTI não foram apresentadas propostas por nenhum dos interessados mas apenas declarações da inexistência de condições para a apresentação das mesmas.

Presente a requisição interna n.º 19606 da DJC - Divisão Jurídica e de Comunicação, acompanhada de Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 12/2016 de 15 de janeiro de 2016, determinando a necessidade de se proceder à contratação de serviços de patrocínio judiciário pelo período de 24 meses, com início a 1 de fevereiro de 2016, e o convite ao Dr. Vitor Manuel Pereira de Faria, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Atento o objeto do contrato a celebrar, os serviços não podem ser assegurados por recursos próprios da entidade adjudicante em função da especificidade técnica dos serviços a prestar e da exigência de habilitações profissionais próprias em matéria de patrocínio judiciário e que atento o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 15 de janeiro de 2016, foi determinado que o convite deverá ser endereçado ao Dr.º Vitor Manuel Pereira de Faria, com a cédula profissional n.º 1279 c, pelo que se consideram cumpridos os requisitos dispostos no n.º 2 do art.º 127 do Código dos Contratos Públicos, atenta redação preceituada na Lei do Orçamento de Estado de 2012.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 30512 foi submetido a 18/01/2016, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

A entidade a convidar possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2016, 2017 e 2018 para contratar a prestação de serviços de *“Patrocínio judiciário em que o Município da Marinha Grande seja parte ou interveniente, pelo período de 24 meses”*, com início a 1 de fevereiro de 2016, na classificação orgânica/económica 0103/010107, nas ações do PAM 2014/A/36 e 2015/A/37, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 54.422 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

A alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 15/12/2015, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Patrocínio judiciário em que o Município da Marinha Grande seja parte ou interveniente, pelo período de 24 meses”*, com início a 1 de fevereiro de 2016.**

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 30512 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, pelas razões invocadas na discussão deste ponto.**

**20 - APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, APROVADO PELO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

O **Sr. Presidente** informou que este ponto da ordem do dia tem que ser retirado, e que se todos os membros do executivo aceitarem, será substituído por uma outra proposta, que não foi agendada, mas cuja aprovação na reunião de hoje é urgente.  
Esta substituição foi aceite por todos os presentes.

**Deste modo, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

**20 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE FEVEREIRO DE 2016 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**

41 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Pretende-se continuar a dar oportunidade de apresentação nesta sala, a projetos locais nas diversas áreas artísticas, pois entendemos que só esse equilíbrio entre uns e outros permitirá criar o elo de ligação dos marinhenses à sua sala. Procuraremos igualmente trazer outros projetos já consagrados que por isso mesmo merecem ter o devido destaque nesta Casa que se pretende abarcar um vasto leque de opções artísticas.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo que os espetáculos que constam da programação para o mês de fevereiro se encontram adjudicados e é necessário proceder à fixação do preço dos respetivos bilhetes de ingresso;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º que refere que o preço dos bilhetes, a fixar por

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€.

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de fevereiro de 2016 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

FEVEREIRO	GÉNERO	ARTISTA/PROJETO	CACHET	VALOR BILHETE C/ IVA INCLUÍDO À TAXA LEGAL EM VIGOR
13	MÚSICA (adjudicado)	RITA GUERRA	4500€	12,50€
28 – 10h	VÁRIOS (adjudicado)	CONCERTOS PARA BEBÉS	2000€	Bilhete palco adulto + bebé 15€
28 – 11h30				Bilhete normal 7,50€

**A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de fevereiro de 2016 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

Assunto retirado da ordem do dia.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 03

**22 - CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA**

Assunto retirado da ordem do dia.

**23 -CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL - DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA.**

Assunto retirado da ordem do dia.

**24 - RESUMOS DE TESOURARIA**

Assunto retirado da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**42 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.º s 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:40 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**